



FRASSI I - Nos passos do Carisma de Santa Paula: o Leigo Evangelizador na Igreja, na Congregação, desde a obra de Santa Dorotéia até o Capítulo Geral XXI.

Jean Sidcley Álvares Teixeira
Colégio Santa Dorotéia de Belo Horizonte

1. OBJETIVO E RESUMO

O objetivo deste texto é ter uma aproximação da Igreja que motivou o Beato Lucas Passi, Paula Frassinetti e tantos homens e mulheres que doaram suas vidas no apostolado através da Pia Obra de Santa Dorotéia no século XIX, tendo como objetivo fundamental acompanhar esta obra na História da Igreja, com ênfase no papel do leigo na tarefa da evangelização.

Para isso se recorre à metodologia do modelo, ao apresentarem-se duas formas de Igreja que hoje se mostram mais presentes: o modelo de Igreja hierarquia e o modelo de Igreja Povo de Deus. O primeiro salienta a dimensão da verticalidade e da autoridade institucional na Igreja (modelo muito forte no século XIX, sobretudo, no Pontificado de Pio IX), cabendo aos leigos um papel de subordinação. O segundo valoriza a igualdade fundamental de todos em virtude do batismo, antepondo a base laical da Igreja às funções institucionais. Este segundo, é fruto do Concílio Vaticano II e se apresenta como utopia e desafio para o Pontificado de Francisco e a caminhada das Irmãs Dorotéias junto aos leigos no século XXI.

2. ASPECTO METODOLÓGICO

Modelo é um recurso didático para analisar e interpretar uma realidade de modo simplificado e algo redutor. Escolhe-se um prisma, um eixo, em torno do qual se estruturam elementos dispersos de modo que configuram um todo orgânico. Ele serve para entender a realidade estudada de modo aproximativo. Salienta alguns traços principais da realidade, deixando outros, também presentes, na penumbra. Sua função primordial é chamar atenção sobre as características marcantes e não apresentar um quadro de referência completo e exaustivo da realidade. Não dispensa outras aproximações complementares, como uma abordagem histórica. A Igreja católica vive várias tensões devido a sua natureza própria de uma realidade sociológica e teológica, respondendo simultaneamente às necessidades e conjunturas históricas culturais e à intenção de Jesus expressa por sua vida, mensagem e práticas.

Neste texto veremos dois modelos: Igreja Hierarquia e Igreja Povo de Deus.

3. MODELO IGREJA HIERARQUIA

3.1. Em que consiste?

Consiste numa percepção do ser interno da Igreja e de sua missão a partir da autoridade constitutiva da hierarquia. A Igreja se estrutura de cima para baixo, de maneira vertical, sem naturalmente negar a necessidade de uma vida interna de comunidade e de missão. A coesão interna é vista desde a instituição e a autoridade que a representa.

A preocupação central da unidade conduz a uma insistência na atuação das autoridades, guardiães da ortodoxia – isto é da permanência inalterada das verdades reveladas dogmáticas e morais –, das práticas sacramentais, dos ministérios sobretudo ordenados e de sua forma organizativa desde os órgãos centrais até as instituições menores locais.

A dupla vigilância da verdade e da disciplina eclesiástica é exercida com constância e competência pelas instâncias institucionais, sobretudo romanas, que estão a serviço do ministério petrino. A Igreja entende-se como uma “sociedade perfeita”, de natureza original e única, dotada de todos os elementos necessários e suficientes para cumprir sua missão visível e institucional através dos tempos e lugares, como um corpo social.

3.2. Suas raízes históricas e constituição



Tal concepção firmou-se a partir do século XI, mas lança raízes no IV para o V século. No centro desse modelo está o poder do Bispo de Roma. Santo Agostinho está na sua origem sob o aspecto teológico. Em tensão com a crise donatista, enfatiza uma compreensão institucional e hierárquica da Igreja e de todo o Ocidente. A teologia da história do livro da Cidade de Deus influenciará fortemente a Idade Média.

O poder romano foi crescendo desde os papas dos séc. IV/V através das tensões com os concílios e das lendas do Papa S. Silvestre e da "Doação de Constantino". Gregório Magno (590-604) tem importância nesse processo, como o verdadeiro primeiro papa medieval. A Igreja mantém estreita união com o Estado de modo que no Ocidente ser cidadão era ser cristão, católico e romano. Tal modelo tem repercussões na liturgia, no canto gregoriano, na prática da confissão individual, no rigorismo da moral sexual.

A partir de Gregório VII (séc. XI) esse modelo se fortalece, ao estender o Papa pelo "Dictatus papae" seu poder sobre todo o mundo com competência ilimitada. A centralização, o legalismo da igreja e sua ciência do direito canônico, a politização através do poder eclesiástico e seu domínio sobre todo o mundo, a militarização com a "guerra santa", a clericalização com um clero celibatário vão configurando-o. Ele encontra em Tomás de Aquino a grande síntese teológica.

No século XVI, em reação à teologia dos reformadores elabora-se uma eclesiologia fortemente calcada na visibilidade. A posição de S. Roberto Bellarmino (1542-1621) tornou-se paradigmática ao frisar os aspectos visíveis da Igreja. "Para que alguém possa ser declarado membro dessa Igreja verdadeira, da qual falam as Escrituras, não pensamos que dele se peça nenhuma virtude interior. Basta a profissão exterior de fé e de comunhão dos sacramentos, coisa que o próprio sentido pode constatar. A Igreja é uma comunidade de homens tão visíveis e palpáveis quanto a comunidade do Povo Romano ou o Reino de França ou a República de Veneza"¹.

O Concílio Vaticano I (1870) desenrola-se num contexto tenso de violentos ataques à Igreja católica hierárquica com a conseqüente postura defensiva e restauradora. Por razões históricas, o Concílio não conseguiu levar a cabo toda a tarefa que se propusera e termina por tratar unilateralmente do poder papal, separado do conjunto da Igreja. Define o Primado do Romano Pontífice e a sua infalibilidade. Pio XII termina esse ciclo, insistindo no aspecto de que o Corpo Místico de Cristo se identifica com a Igreja Católica Romana. Nesse modelo entende-se de maneira unilateral a relação entre Igreja universal e Igreja particular, entre o clero e o leigo. Naturalmente os leigos são a maior vítima de tal modelo. São reduzidos a um papel de pura obediência e dependência do clero.

Pio X exprimiu de maneira clara essa consciência, ao afirmar que a vida dos fiéis na Igreja dependia e se originava da hierarquia. Esta estabelecia as verdadeiras balizas dentro das quais os leigos se situavam e se entendiam. "Só na hierarquia reside o direito e a autoridade de orientar e dirigir [...]. O dever da multidão é deixar-se governar e seguir com obediência a direção dos que a regem"².

1 Y. Congar, *L'Église de St. Augustin à l'époque moderne*, col Histoire des dogmes 20, Paris: Cerf, 1970: 373.

2 Pio X, Encíclica *Vehementer*, 11 de fevereiro de 1906. Disponível em: <http://www.missiologia.org.br/cursoweb/42Modelos%20eclesiologicos.htm> (destaques da Montfort)

A Igreja do século XIX em que viveram Paula Frassinetti e Lucas Passi e onde surgiu e se desenvolveu a Pia Obra de Santa Dorotéia, está totalmente respaldada nos princípios da Eclesiologia Tradicional. O princípio ordenador de qualquer apostolado (ou pastoral) neste período alicerçava-se na ideia de que *“fora da Igreja não há salvação”*. Por isso, o papel da hierarquia e das congregações religiosas era tirar as pessoas (os leigos) do mundo e levá-los para dentro da Igreja, o único redil seguro para aquelas ovelhas sem pastor.

Consideremos as seguintes citações de diversos **papas** que reafirmaram o dogma **Fora da Igreja Não Há Salvação**:

Papa São Gregório Magno, citado em *Summo iugiter studio*, 590-604: “A santa Igreja universal ensina que não é possível cultuar a Deus verdadeiramente senão nela, **e afirma que todos os que estão fora dela não serão salvos.**”

Papa Inocêncio III, *Eius exemplo*, 18 de dezembro de 1208: “Também cremos com coração e com a boca confessamos uma só Igreja, não de hereges, mas **a santa, romana, católica e apostólica, fora da qual nós cremos que ninguém se salva.**”

Papa Clemente VI, *Super quibusdam*, 20 de setembro de 1351: “Em segundo lugar, perguntamos se tu e os armênios que te obedecem crêem que **nenhum homem que ambule fora da fé desta Igreja**, e da obediência dos Romanos Pontífices, **poderá finalmente salvar-se.**”

Papa São Pio V, *Bula de excomunhão da herética Rainha Isabel de Inglaterra*, 25 de fevereiro de 1570: “A soberana jurisdição da **única Santa Igreja Católica e Apostólica, fora da qual não há salvação**, foi dada por Ele [Jesus Cristo], o Rei que reina nas alturas — a Quem foi concedido todo o poder sobre o céu e a terra —, a ninguém senão a uma única pessoa sobre a face da terra, a Pedro, o príncipe dos Apóstolos. (...) Se alguém infringir este Nosso decreto, nós impomos-lhe o mesmo vínculo de anátema.”

Papa Leão XII, *Ubi primum*, #14, 5 de maio de 1824: “**É impossível ao autêntico Deus**, o qual é a própria Verdade, o melhor e mais sábio Provedor, e o Recompensador dos homens bons, **aprovar todas as seitas que professam falsos ensinamentos** que são frequentemente inconsistentes uns com os outros e contraditórios, **e conferir recompensa eterna aos seus membros** ... Por fé divina nós professamos um Senhor, uma fé, um batismo... **É por isso que professamos que não há salvação fora da Igreja.**”

Papa Leão XII, *Quod hoc ineunte*, #8, 24 de maio de 1824: “**Dirigimo-nos a todos vós que ainda estais apartados da verdadeira Igreja e do caminho da salvação.** Neste júbilo universal, uma coisa está em falta: que havendo sido chamados pela inspiração do Espírito Celestial e havendo quebrado todo laço decisivo, possais estar num sincero acordo com **a Mãe Igreja, fora de cujos ensinamentos não há salvação.**”

Papa Gregório XVI, *Mirari vos*, #13, 15 de agosto de 1832: “Admoesta-nos o Apóstolo que há um só Deus, uma só fé e um só batismo (Ef. 4:5); que temam pois aqueles que pensam que o porto da salvação está aberto a pessoas de quaisquer religiões. Deveriam considerar a sentença do próprio Jesus Cristo, que eles estão contra Cristo, já que não estão com Cristo (Lc. 11:23), e os que não colhem com Cristo dispersam miseramente, **pelo que perecerão infalivelmente os que não tiverem a fé católica e não a guardarem íntegra e sem mancha (Credo Atanasiano).**”

Papa Gregório XVI, *Summo iugiter studio*, #2, 27 de maio de 1832: “**Finalmente, algumas dessas pessoas desviadas tentam persuadir a si mesmas e a outros que os homens não são salvos somente na religião católica, mas que mesmo hereges podem alcançar a vida eterna.**”

Papa Pio IX, *Ubi primum*, #10, 17 de junho de 1847: “**Visto que há uma só Igreja universal fora da qual absolutamente ninguém se salva**; esta contém prelados regulares e seculares junto dos que estão sob a sua jurisdição, **os quais professam todos um Senhor, uma fé e um batismo.**”

Papa Pio IX, *Nostis et nobiscum*, #10, 8 de dezembro de 1849: “Em particular, **certifiquem-se que os próprios fiéis tenham assente em suas almas e profundamente gravado o dogma de nossa santa Religião de que é necessária a fé católica para obter a eterna salvação.** (Esta doutrina, recebida de Cristo e enfatizada pelos Padres e Concílios, está contida também nas fórmulas de profissão de fé usadas pelos católicos latinos, gregos e orientais).”

Papa Pio IX, *Syllabus de Erros*, 8 de dezembro de 1864, Proposição 16: “Os homens podem encontrar no culto de qualquer religião o caminho da salvação eterna e alcançar a eterna salvação.” – **Condenado**

Papa Leão XIII, *Tametsi futura prospicientibus*, #7, 1 de Novembro de 1900: “Cristo é o ‘Caminho’ do homem; a Igreja também é seu ‘Caminho.’ (...) **Daí que todos os que queiram encontrar a salvação fora da Igreja estão descarrilhados e se esforçam em vão.**”

Papa São Pio X, *Iucunda sane*, #9, 12 de março de 1904: “Mas ao mesmo tempo não podemos deixar de recordar a todos, grandes e pequenos, como o fez o Papa São Gregório, **da necessidade absoluta de recorrer a esta Igreja para ter salvação eterna...**”

Papa São Pio X, *Editae saepe*, #29, 26 de maio de 1910: “**Somente a Igreja** possui, junto com seu magistério, o poder de governar e santificar a sociedade humana. Através de seus ministros e servos (cada um no seu próprio cargo e posição), ela **confere sobre a humanidade os meios apropriados e necessários de salvação.**”

Papa Pio XI, *Mortalium animos*, # 11, 6 de janeiro de 1928: “Só... **a Igreja Católica** é a que retém o verdadeiro culto. Aqui está a fonte da verdade, este é o domicílio da Fé, este é o templo de Deus: **se alguém não entrar por ele ou se alguém dele sair, está fora da esperança da vida e salvação.**”

No caso específico do século XIX, desponta-se a firmeza de Pio IX frente às ameaças das Filosofias de caráter liberal e antirreligiosas que estavam em voga naquela época. A partir do final do século XVIII surge uma nova necessidade, a da busca por novos conhecimentos voltados para a construção da natureza humana a partir de um referencial dito científico. Progressivamente, isso contribuiu para a constituição de uma ciência do homem, sua gênese e movimento em sociedade. Nesse ínterim uma história de dessacralização do mundo se funde numa história de progresso do espírito humano. Pensadores como Voltaire (1694-1778) e Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), contribuíram no combate contra a credulidade supersticiosa do catolicismo francês e posicionando-se a favor da liberdade de consciência e da laicização do Estado.

Voltaire propõe uma nova visão histórica da origem do cristianismo, encontrando em Paulo o propagador fanático desta, o que o levou a subtrair o caráter sacro das escrituras. Rousseau encontra em Jesus o caminho para a verdade, para a sabedoria, de maneira a tornar o homem mais inteligente e livre. Rousseau afirmava que se Cristo preenche um valor moral nos homens, o cristianismo haveria de ser uma instituição social universal, a qual deveriam reunir todos os gêneros humanos dentro de um povo de fé. As consequências diretas deste preposto num campo prático e temporal foram duas: 1) a denotação da religião dotada de sentimento social, como lugar de bondade e justiça, não de submissão e miséria dos povos, portanto lugar de revolução social; 2) a perda do caráter de verdadeiro e único do cristianismo, acrescido de um caráter terreno e despótico repleto de guerras e crimes, o mesmo que chegou Voltaire.

Esses pensadores iluministas, ao agregar um aspecto moral à religião, contribuíram para o processo de laicização e mostraram a necessidade da emergência da liberdade de consciência. Na França, o próprio processo da Revolução de 1789 estava repleto de valores laicos, podendo-se verificar no pós-Revolução alguns resultados a respeito do processo dentro do contexto da liberdade religiosa: Luis XVIII, por exemplo, inscreve na Carta de 1814 a liberdade de culto ao mesmo tempo em que reconhece o catolicismo como religião de Estado; a Constituição republicana de 1848 estipula que cada um professasse livremente a sua religião, apesar de somente na Constituição de 1852 se consolidar a liberdade de culto e a liberdade de consciência tão esperada pelos protestantes franceses.

Os reflexos no campo civil não tardam a aparecer a partir desse processo de laicização e de conquista da liberdade de consciência. Debates fervorosos se verificaram a respeito dos questionamentos ao batismo, ao casamento religioso, ao enterro, aos ensinamentos de base católica nas escolas. O que começava a ser verificado na França naquele momento era a apropriação individual das crenças e ritos pela população que se esclarecia na medida em que o país se urbanizava. Pessoas, antes devotas, passaram a não cumprir com os sacramentos católicos e nem instruir seus filhos neles. Essa posição de indiferença perante a Igreja católica era construída em nome de uma necessidade da autonomia moral, de uma individualização.

A liberdade de consciência, naquele momento, seja ela religiosa ou filosófica, apresentava-se justaposta ao direito individual. A maioria católica passava a reconhecer o regime de sua crença na República democrática e laica. Liberdade de consciência e laicização do Estado triunfam na esfera civil e política, apesar da permanência da crença católica, não mais da mesma maneira que era antes, tendo que inclusive que conviver com as outras religiões estabelecidas.

De acordo com Marcel Gauchet, foi a partir do processo de laicização que emerge uma nova configuração das linhas do poder, dando margem para a atuação dos indivíduos, uma vez que surge uma

nova dimensão da política, tendo no centro a figura do cidadão, expresso através da *Déclaration des droits de l'homme*, que passaria a constituir o princípio de toda a soberania. Ao redor deste indivíduo surge a necessidade de comunidade, uma comunidade que ao mesmo tempo tinha que legitimá-lo enquanto uma unidade identitária. E é através da proclamação da liberdade religiosa que estes cidadãos vão se reconhecer enquanto uma comunidade. A liberdade religiosa é proclamada paralela à centralidade do direito natural e civil.

A França representava uma força política na Europa até mesmo maior do que a do Papa ao longo do século XIX, devido ao processo da Revolução de 1789 e das suas consequências como o movimento constitucional de 1848. Este processo de laicização do Estado e a configuração de processos de separação Estado-Igreja disseminaram-se, ao mesmo tempo em que o declínio institucional e político do Catolicismo se fazia sentir, o que levou este a esboçar uma reação.

Em Roma, sede da Igreja Católica Apostólica, o processo de transformação moderna acarretaram sérios debates, sobretudo envolvendo Pio IX (1848-1878). Cabe lembrar que a península itálica ainda não era unificada, este sentimento de nação estava em fase de nascimento com o movimento republicano empreendido por Carlos Alberto de Piemonte. Ideias de emancipação do Estado por completo do poder dos cardeais e concentração do poder secular no Parlamento, juntado à necessidade de um governo institucional, ganharam espaço. Uma junta articula e decide por convocar uma assembleia nacional para prover o Estado de uma instituição regular. Essa assembleia foi eleita por sufrágio universal e eleição direta, representando a vontade do povo. Não coube ao Papa outra saída a não ser se conformar.



Em seguida Pio IX perde o direito de governo do Estado de Roma, o que o levou a Igreja Católica a um processo de organização e hierarquização interna rumo a um processo de rearticulação da Igreja diante das mudanças. Em 1851 celebrou uma concordata com o governo espanhol e português, e com as suas colônias consequentemente. A Igreja católica podia comemorar o triunfo de ser a religião oficial nesses países. Nessas novas concordatas o Papa estabeleceu uma livre comunicação com os bispos locais, além de aí conseguir reservar para a Igreja a intervenção ativa na educação e nos ensinamentos religiosos.

Essa execução de organização da congregação cristã com uma ideia vigorosa de unidade eclesiástica firma Pio IX como peça central que reúne o corpo sacerdotal ao seu redor. Em 1856 promulga o novo dogma da Imaculada Conceição mostrando uma onipotência eclesiástica, de maneira a apoiar-se em sua própria autoridade, declarando-a como verdade revelada. Bem, se o Papa era o ponto central do movimento de hierarquização do catolicismo, consequentemente viu o seu poder aumentado, desta maneira aproveitou-se disso e firmou dogmas apoiando-se em seu próprio poder. A consequência direta disso é a concepção de um Papa que detém a verdade revelada, portanto um Papa infalível. Embora sua infalibilidade só seja firmada no Concílio do Vaticano em 1870 depois de infundáveis debates entre clérigos do mundo inteiro, em sua maioria italianos, representantes diretos da confiança do Papa. Em 18 de julho de 1870, por votação quase unânime dos 535 presentes, colocaram por terra o dogma do *placet*, e fixando o *non placet*. O processo de reorganização, ou processo de romanização, colocou o Papado numa posição mais centralizada em relação aos interesses do catolicismo. As consequências das discussões em Roma se espalham por toda a comunidade católica, inclusive no Brasil.

Ao mesmo tempo em que a Igreja se reorientava, em Roma é negado à autoridade eclesiástica o caráter legítimo para os tribunais episcopais e os privilégios estamentais. Dois anos depois se introduziu o matrimônio civil. O Papado perde terreno, inclusive seu monopólio sobre Roma, que estava sendo pleiteada para ser capital da Itália unificada. Roma estava prestes a ter um governo laico.

Uma das discussões levantadas neste momento era referente a necessidade de um espaço terreno para o Papado, uma vez que consideravam por direito o pertencimento daquelas terras ao reino de Deus, e a Igreja possuindo aquele espaço, perdê-lo seria uma usurpação. Nos argumentos católicos, o Papa não poderia ser hospede nem súdito de outro príncipe, deveria residir em seus próprios domínios, em seu próprio reino.

O Papa reconhecia a existência das ideias liberais que constituíam a base da maioria dos Estados modernos, mas se curvar a eles ainda não era nem mesmo uma hipótese. Em 1864 publica a *Encíclica Quanta Cura*, que continha uma enumeração dos erros do naturalismo e liberalismo. Mesmo reconhecendo no ponto 15 do *Syllabus* a existência de outras religiões, de maneira implícita (“É livre a qualquer abraçar e professar aquela religião que, guiado pela luz da razão, julga verdadeira”), Pio IX condenava o sistema de opiniões da doutrina liberal que tinha passado a ser convicção das pessoas contemporâneas.

Diante deste contexto, torna-se clara a preocupação dos pais de Paula Frassinetti para com a educação de seus filhos em Gênova, bem como o fato de todos haverem se tornado religiosos consagrados. No que tange à Pia Obra, vê-se aqui o contexto e importância para a época do que chamamos de correção fraterna e acompanhamento das jovens que estavam expostas a ideias perniciosas que circulavam pela Europa naquele tempo. Podemos então entender melhor a extensão pastoral da amizade de Paula Frassinetti com as jovens de Quinto nos passeios dominicais no Monte Moro. Tudo era ameaça para a fé católica naquele século conturbado de unificação italiana.

Quando tomamos as cartas de Paula, sobretudo, a partir de sua chegada em 1841 em Roma, podemos perceber o seu zelo e preocupação em difundir a Pia Obra pelas paróquias:

*“A respeito do que faço em Roma, posso dizer-lhe que duas de nós organizamos a **Pia Obra em sete Paróquias**, e que vai bem e esperamos muito dela; agora, com a ajuda de mais três companheiras espero que caminhe melhor e se desenvolva muito.” (Carta ao João Batista Frassinetti em 1841)*

“A Pia Obra vai-se desenvolvendo cada vez mais, e somos muito bem vistas; digo-lhe isto para sua tranquilidade, e pode acreditá-lo porque o sei de fonte segura.” (Carta ao João Batista Frassinetti em 1841)

“A Pia Obra vai progredindo sempre: pelo Natal, em Santa Maria Maior, dão os Exercícios Espirituais às colaboradoras da Obra; reza para que produzam fruto” (Carta ao Padre José Frassinetti em 1841)

“Para atingir, com sólidas bases, a finalidade da Pia Obra de Santa Doroteia, isto é, o bem-estar religioso e social das Crianças, principalmente abandonadas, as Irmãs emitem, além dos três votos comuns, o quarto voto de promover a Pia Obra de Santa Doroteia e manter inalterável o seu espírito, o que não será possível se a Pia Obra for confiada à atividade e zelo de particulares, porque, não lhe podendo garantir a continuidade, será afetada.” (Carta ao Rei das Duas Sicílias em 1850).

Nas Memórias, podemos constatar o grande apreço das autoridades eclesiásticas para com a Pia Obra de Santa Dorotéia, bem como pelo seu fundador Lucas Passi:

Ouvi como acerca dele e da sua obra fala o Cardeal Schiaffino:

«Foi homem de rara virtude, o qual, juntamente com o irmão, Padre Marcos, entregando-se ao ministério da pregação, deixou um nome ilustre e bendito na Itália, e mais particularmente nas províncias setentrionais, na Lombardia e em Veneza.

Exercitando com zelo o santo ministério, não tardou a aperceber-se, por experiência própria, de que as meninas do povo, em grande parte pouco cuidadas pelos pais, cresciam ignorantes das verdades da fé, mantendo-se por isso longe dos Sacramentos, o que era de lamentar em crianças cristãs; e assim, ou cresciam inclinadas à vaidade, à frivolidade e a piores males, ou, se se salvavam das quedas e casavam tomando o governo da casa, eram incapazes de desempenhar os deveres de esposas e de mães cristãs, e ainda incapazes de infundir no espírito dos maridos e dos filhos os sentimentos religiosos, que elas não tinham, e estimulá-los às práticas de piedade de que elas se mantinham afastadas.

Para remediar, pois, os estragos da negligência, os dois irmãos Passi, e mais particularmente o Padre Lucas, pensaram atrair para a realização do seu intento senhoras piedosas que atendessem ao ensino religioso das jovencinhas, e, sem as retirar dos trabalhos domésticos ou pretender impedir a natural autoridade dos pais, cuidassem delas, corrigindo por um lado os defeitos que despontam nos tenros corações, e por outro, com afetuosa persuasão, induzindo-as a frequentarem a Igreja, levá-las a abeirarem-se dos Sacramentos, a amarem a modéstia, o recolhimento, a oração.

Será conveniente expor aqui a organização desta Obra chamada pelo Padre Passi de Santa Doroteia, mártir invicta que conquistou Crista e Calista para a Fé no Crucificado, não só porque reflete a alma fervorosa do Fundador, mas mais ainda porque Paula Frassinetti a fez sua e quis que figurasse entre os deveres impostos ao seu Instituto religioso.

Confia-se a duas jovens, entre as que na Paróquia mostram ter mais senso e piedade, com o nome de Assistentes, um grupo de crianças que devem instruir no Catecismo corrigindo-lhes ao mesmo tempo os defeitos e levando-as, com palavras suaves e com a eficácia de bons exemplos, a viver uma vida virtuosa. As duas Assistentes com os respectivos grupos são por sua vez confiadas a uma senhora de certa idade e de muita prudência, que preside e orienta com o título de Zeladora. As Assistentes e as Zeladoras estão em cada Paróquia sob a dependência de uma superiora a que se dá o nome de Zeladora-mor; e esta segue as Assistentes e as Zeladoras, velando para que todas cumpram o seu ofício, e que nem por zelo indiscreto nem por negligência a sua ação permaneça infecunda.

O Padre Passi, organizando com prudência e sabedoria a Obra de Santa Doroteia de modo a conseguir a sua finalidade religiosa, considerou que não tinha o direito de dispensar o Pastor; antes, tendo em mente que as virtuosas senhoras mais não são do que braços para multiplicar a força da Obra, que pertence ao próprio Pastor, quis que dele, como de pai, dependessem e que a Zeladora-mor se entendesse com ele ao designar as crianças às Assistentes, e estas às Zeladoras, aconselhando-se sobre os meios mais aptos para tornar a Obra santa, activa e frutuosa.

E, porque aquele homem apostólico tinha a ideia de que, uma vez ordenada a sua Obra nas Paróquias, poderia inteiramente ou na maior parte abranger a Diocese, não deixou de atender à mais vasta organização diocesana, que correspondesse harmoniosamente à das Paróquias. Por isso, do mesmo modo que as Assistentes e as Zeladoras ficam sob a dependência do Pároco e da Zeladora-mor, assim também, estabelecendo-se a Obra em várias Paróquias, quis que as diversas Companhias ficassem na dependência do Bispo, que, por si ou por meio de uma pessoa designada por ele para tal fim, com uma Presidente, se empenhe em consolidá-la e imprimir-lhe igual e constante impulso, para realizar o maior bem possível.

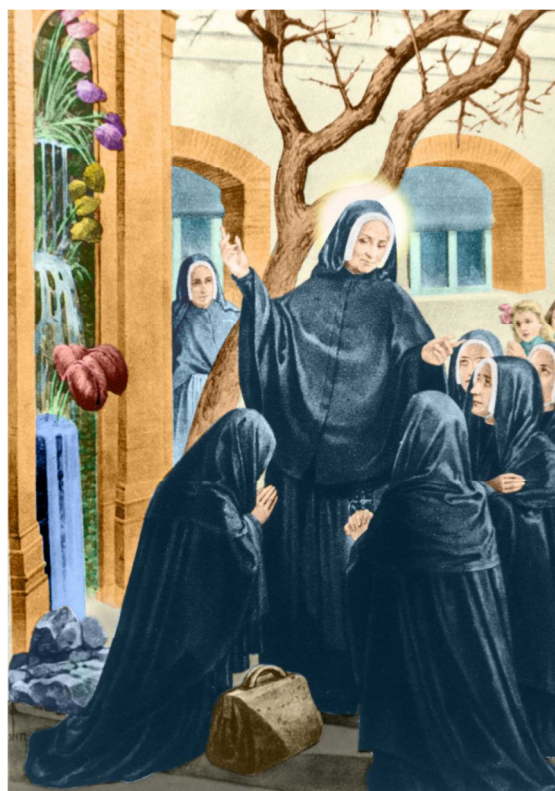
O projeto exposto por nós, nos seus pontos mais importantes, encerra, como se pode compreender, admirável simplicidade e ao mesmo tempo unidade de esforços tendentes ao mesmo fim, pelo que não pode deixar de produzir os frutos desejados. E estes foram tão copiosos e consoladores, que o Pontífice Gregório XVI, num Breve de 19 de maio de 1841 teceu grandes louvores aos irmãos Passi e à sua Obra.”

(Memórias Madre Vassalo, p.129)

Quando em 1866, Paula envia as primeiras Doroteias para o Brasil, grande será o sofrimento e perseguições enfrentadas pelas Irmãs e pelos Jesuítas em terras nordestinas. Quando foi nomeado por Pio IX, bispo de Olinda, o jovem D. Medeiros pensou então em procurar sacerdotes e religiosas que o pudessem ajudar no cuidado do rebanho que o Senhor lhe havia confiado. Segundo nos relata as Memórias, encontrando-se (D. Medeiros) um dia na Propaganda Fide, totalmente imerso no pensamento da sua Diocese, veio-lhe às mãos um dos livros da Pia Obra de Santa Doroteia. Leu-o atentamente, pareceu-lhe um meio eficaz para a reforma dos costumes, através da mulher, e, tendo sabido pelo mesmo livro que, como suporte dessa Obra, existia um Instituto homônimo que eficazmente a promovia, propôs-se não descansar enquanto não obtivesse algumas religiosas daquela Congregação para as levar consigo para o Brasil.

Assim narram as Memórias:

“Aconteceu, entretanto que, tendo ido um domingo à Igreja do Gesù, viu as alunas deste nosso Colégio de Santo Onofre, as quais muito o edificaram pela modéstia e devoção com que estavam na igreja. E, porque notou que eram



acompanhadas por religiosas, veio-lhe ao pensamento que talvez fossem as Irmãs de Santa Doroteia. Quis ver onde viviam e, sem que as Mestras nem as alunas dessem conta, seguiu-as passo a passo até Santo Onofre, esperou que entrassem todas em casa e depois avançou e pediu à porteira que chamasse a Superiora, porque lhe queria falar duma missão a fundar na América.” (Memórias Sommariva, p.164)

Quando em 1865, D. Medeiros tem a oportunidade de estar com Paula Frassinetti a fim de manifestar-lhe o seu desejo de levar as Irmãs Doroteias para o Brasil, pintou com vivas cores o estado deplorável daquele, por falta de Sacerdotes, a tal ponto que aquela pobre população não tinha de cristão mais do que o Batismo, e via-se obrigada a receber os sacramentos, se é que os recebia, apenas em caso de morte. Mostrou o bem que ali poderia fazer o Instituto em favor da juventude feminina, e concluiu dizendo que não queria que lhe dissesse já um *sim* ou um *não*.

No Brasil, a maçonaria, aliada a grupos de interesses burgueses de filosofias de caráter liberal, vê nos Jesuítas e na proposta das Irmãs Doroteias a presença do Ultramontanismo de Pio IX. Assassinado D. Medeiros, as Irmãs vão tomando consciência dos desafios da evangelização em terras brasileiras.

O que salta aos nossos olhos e se torna sinal profético para a caminhada da Igreja no Mundo Moderno e Contemporâneo é o lugar ocupado pelo leigo no apostolado da Pia Obra de Santa Dorotéia. Vale dizer, apesar do pároco ser o primeiro responsável pela Pia Obra e deste apostolado ser vinculado diretamente à Paróquia, vê-se que toda prática apostólica (ou pastoral) deve ser realizada a partir do Protagonismo das Leigas (Zeladoras e Vice-Zeladoras). Este lugar era impensável para a eclesiologia do século XIX. A figura do padre (do pároco) era a mais importante no exercício da evangelização em sintonia com o seu bispo e o Papa. As congregações Religiosas Masculinas e, principalmente, as femininas funcionavam como coadjutores na tarefa da evangelização. O leigo era visto unicamente como pertencente ao rebanho de ovelhas a serem resgatadas pela Igreja para a obtenção da Salvação.

Podemos afirmar que Lucas Passi e Paula Frassinetti, ainda no século XIX, conseguem antecipar o modelo de Pastoral que será proposto somente a partir do Concílio Vaticano II (1962-1965). É curiosa e surpreendente a capacidade de Paula Frassinetti de harmonizar os contrários na tarefa da evangelização. Sabendo que a sua congregação existe e está a serviço da Igreja, grande foi o apreço da Madre Fundadora pelos Papas de seu tempo, principalmente Pio IX, com quem manteve uma relação filial, marcada pela comunhão e reciprocidade. Contudo, a sua fidelidade a Jesus Cristo, fez de Paula Frassinetti uma religiosa que se encanta com a Proclamação do Dogma da Imaculada Conceição (iniciativa que naquela época validava a infalibilidade papal), que foi a Nápoles (Gaeta) visitar o Papa Pio IX na prisão, mas ao mesmo tempo, não deixou os soldados garibaldinos serem abatidos pela sede em Roma. Ademais, ao apostar na Pia Obra de Santa Dorotéia e fazer dela a identidade de seu instituto, Paula realça o papel do leigo como protagonista da evangelização e não mero destinatário de um Projeto de Salvação.

4. A AÇÃO CATÓLICA NA CAMINHADA DA IGREJA

Poucas iniciativas ou obras tiveram, na Igreja, o significado e a transcendência da Ação Católica, em seus dois momentos distintos – a Ação Católica Geral e a Ação Católica Especializada. Ela surgiu na esteira do Sindicalismo Católico e da Democracia Cristã que, por sua vez, remontam à segunda fase do Catolicismo Social, inaugurada pela Encíclica *Rerum Novarum*, promulgada pelo Papa Leão XIII, em 1891.

A Ação Católica Especializada, nos moldes da Juventude Operária Católica (JOC), fundada por J. Cardijn na Bélgica, em 1922 e, oficializada, em 1925, contribuiu para a superação da mentalidade de cristandade e o novo lugar da Igreja na sociedade moderna. Diferente da Ação Católica Geral, atrelada ao projeto de neo-cristandade, a Ação Católica Especializada ajudou a Igreja fazer a passagem para a modernidade, a situar-se no novo contexto da autonomia da razão frente à fé, do temporal frente ao sagrado, do Estado em relação à Igreja, bem como do exercício do poder nos parâmetros da democracia representativa, através de partidos políticos no seio da sociedade civil.

São muitos os elementos aqui implicados. Restringindo-nos, entretanto, ao tema em foco, vejamos qual a contribuição que a Ação Católica deu para o novo lugar que a Igreja assumiu no seio da sociedade moderna. Para isso, privilegiaremos uma abordagem histórica, primeiro, situando a Ação Católica em relação ao Catolicismo Social e a Democracia Cristã e, depois, enfocando sua trajetória, das origens ao seu apogeu e crise na década de 1960.

É de praxe afirmar que a Ação Católica nasceu sob a inspiração de Pio XI – “o Papa da Ação Católica”. Entretanto, com sua Encíclica, mais do que uma novidade para a Igreja, a Ação Católica passa a ser uma instituição de Igreja, com mandato e controle da hierarquia. Antes do início do pontificado de Pio XI, existiam já movimentos, especialmente de juventude, que se intitulavam de “ação católica”, tais como a Juventude Católica Italiana (J.C.I.), a Associação Católica da Juventude Canadense (J.C.J.C.), a Associação Católica da Juventude Belga (A.C.J.B.) e, na Alemanha, o Jugendverbande e ainda o Gesellenverein, florescente desde o período anterior à primeira grande guerra ou dos primeiros tempos que seguiram o armistício, sob o pontificado de Bento XV (1914-1922).

Entretanto, na esteira do Catolicismo Social, a mais significativa destas associações é, sem dúvida, a Associação Católica da Juventude Francesa (A.C.J.F.), fundada em 1886, sob o impulso de Albert de Mun, com vistas a “cooperar com o restabelecimento da ordem social cristã”, tendo como base “Piedade-Estudo-Ação”.

Inicialmente, sem um projeto muito claro, ainda mesclada com as obras dos Círculos Operários e muito marcada pela ideologia contrarrevolucionária na linha do Syllabus, a A.C.J.F. evoluirá progressivamente para um engajamento no seio da sociedade moderna, na perspectiva das diretrizes dadas pelas encíclicas de Leão XIII. O movimento alcançará seu apogeu sob a presidência de H. Bazire (1899-1904), quem lança a palavra-de-ordem – “sociais, porque católicos”. Restrita longo tempo à juventude estudantil, a A.C.J.F., aos poucos, irá estender-se a todas as classes sociais, sublinhando por ocasião do Congresso de Besançon (1898), a necessidade de um “apostolado do semelhante pelo semelhante”. Ela irá influenciar diretamente o programa da Ação Católica, ainda que o modelo inicial do movimento instituído por Pio XI, se baseie sobretudo sobre a experiência italiana da J.C.I.

Grupos juvenis da Ação Católica Especializada

- JAC – Juventude Agrária Católica
- JEC - Juventude Estudantil Católica
- JIC – Juventude Independente Católica
- JOC – Juventude Operária Católica
- JUC – Juventude Universitária Católica

Com a instituição oficial, o Papa conclama os leigos do mundo inteiro a integrarem as fileiras da Ação Católica, exercendo de modo oficial e organizado, o apostolado no mundo contemporâneo. Pio XI define o movimento como “a participação dos leigos no apostolado hierárquico da Igreja, para além e sobre os partidos políticos, para o estabelecimento do Reino Universal de Cristo”. Trata-se, aqui, da Ação Católica.

Para Pio XI, o leigo faz parte da missão evangelizadora da hierarquia, em caráter de suplência. Como prolongamento do apostolado hierárquico, sua função é fazer a ponte entre a Igreja e o mundo moderno, colocando-a no seio da nova sociedade, com a finalidade de reconduzi-la à tutela do Reino de Cristo.

Como movimento religioso, a finalidade da Ação Católica é cristianizar a sociedade, através de leigos que se fazem presentes no seio dela, por meio de uma ação religiosa, evitando desempenhar uma ação deliberadamente política. O movimento não é um instrumento político ou simples porta-voz de uma organização política que se diz católica, seja ela o partido católico, seja a democracia cristã ou a Liga Operária Católica.

Pelo exposto, vê-se que a partir de fins do século XIX e início do século XX, a nossa caminhada de Igreja vai sendo transformada pelos princípios de uma sociedade que se industrializa, vai sendo moldada pelos valores do Capitalismo e da Sociedade Tecnológica.

Com isso, a Igreja vai, cada vez mais, perdendo aquele lugar de centralidade na organização das cidades e da vida das pessoas. A linguagem eclesiológica da Igreja Tradicional foi perdendo a validade nos meios urbanos.

Na caminhada das Irmãs de Santa Dorotéia e da Pia Obra, vê-se o crescimento da Congregação que, aos poucos, vai conquistando cada vez mais continentes e países. Aliando a proposta de educação católica (internatos) e o fomento da Pia Obra, fez-se uma aproximação cada vez maior das Irmãs aos Movimentos Contemporâneos de Jovens, mormente na América Latina, assimilando assim o novo jeito de ser Igreja no Mundo. No Capítulo Geral IX, realizado pelas Irmãs Doroteias em 1930, desponta-se a discussão sobre como resolver o voto de promover a Pia Obra Santa Dorotéia, onde ela não pudesse existir por oposição dos Párocos ou por outras circunstâncias. Nesta época, as Irmãs decidiram por manter o voto a fim de darem continuidade à obra nos lugares onde ela fosse permitida.

5. MODELO POVO DE DEUS

5.1. A virada copernicana

É sabido que o esquema sobre a Igreja, preparado pela Comissão Teológica pré-conciliar e proposto ao plenário do Concílio, foi acrimosamente criticado pelos Padres Conciliares, terminando por sua rejeição como um todo. E elaborou-se então um novo esquema. E em dado momento houve uma votação decisiva que foi a inversão da ordem de dois capítulos. O capítulo da hierarquia precedia ao dos leigos. Criou-se então um capítulo prévio aos dois dedicado ao Povo de Deus em que hierarquia e leigos foram contemplados na sua unidade anterior. Não se tratava de algo puramente redacional, mas teológico-simbólico. Primeiro o Povo de Deus que se constitui pelo batismo, primeiro o sacerdócio comum dos fiéis, também ele fundado no batismo. A seu serviço está a hierarquia. Está jogada a grande cartada eclesiológica. Estabelece-se a base laical da Igreja.

5.2. Modelo Povo de Deus

Ele se caracteriza pela base laical e colegial, como aparece na *Lumen Gentium*. A Igreja é laical no sentido de ser povo de Deus. No centro da vida da Igreja está o batismo que nos faz todos membros iguais de um mesmo Povo de Deus. Sobre tal igualdade fundamental e após ela, virão as diferenças de ministérios e carismas. Não é a hierarquia que nos constitui cristãos, mas o nascimento pelo batismo. A autonomia do batizado não significa independência nem rebelião. Ninguém é independente de ninguém. Todos temos laços de relação que nos fazem mutuamente dependentes.

O caráter de graça sacramental do poder na Igreja não o torna absoluto, antes obriga o ministro à consciência de que o recebeu como graça a serviço de todo o corpo. Ele não é dono da graça que sempre é de Deus.

O batismo na Igreja nos confere direitos e deveres seja qual for o ofício ou cargo que exercemos. Onde há tais relações não existem poderes absolutos, já que o poder se defronta com o limite imposto pelos direitos e liberdade dos outros, concedidos por Deus pela graça batismal.

A base laical da Igreja abre-nos novos horizontes para pensar a relação entre os fiéis numa igualdade fundamental. E quando emergem as diferenças por causa dos ministérios e carismas, estas são pensadas em função, ao serviço da igualdade fundamental batismal. Infelizmente a parte canônica e legislativa da Igreja ainda não acompanha esse modelo de Povo de Deus.

5.3. Relação entre Igreja universal e Igreja particular

Para responder à mudança na relação entre Igreja universal e particular, que no modelo hierárquico era de dependência, o Concílio Vaticano II introduz a categoria "colegialidade". É uma consequência da base laical da Igreja. Se o ser e agir na Igreja parte da igualdade fundamental do batismo, segue-se que todos são responsáveis por tudo e isso se exprime na colegialidade.

O Concílio a tratou no último nível da hierarquia da Igreja: a colegialidade dos bispos com o papa, cabeça do colégio. Nesse nível existem várias instituições que permitem sua concretização prática: as conferências regionais e nacionais anteriormente existentes em muitos lugares e a instituição do Sínodo dos Bispos, criada depois do concílio.



Para que o modelo Povo de Deus se realize, é necessário que tal colegialidade afete os três centros da Igreja – Roma, diocese e paróquia – entre si, encontrando formas de participação. E dentro de cada centro as relações também devem fazer-se em base à igualdade batismal e à colegialidade de responsabilidade. Em vez da cabeça de qualquer menor centro eclesial decidir por ela, sentem-se corresponsáveis por tais decisões os outros membros da comunidade. Todos são Povo de Deus.

A construção desse modelo pede que a participação nasça no interior das comunidades menores para ir subindo aos níveis mais altos de poder. Tal modelo não

contradiz o modelo anterior no seu elemento fundamental. Pois os ministérios que se recebem no interior do Povo de Deus não são conferidos pela vontade popular, mas pela graça de Deus, transmitida na ordenação para os ministérios ministeriais.

A Igreja universal é a comunhão de todas as igrejas particulares entre si e com a Igreja particular de Roma. Cada igreja particular realiza a totalidade da Igreja católica. Mas ela não é pensável fora da comunhão com as outras igrejas. A Igreja universal não pode existir em si mesma, mas somente nas igrejas particulares. Ela é o sacramento universal da salvação, continuando na história a presença universal salvífica de Jesus Cristo. E o realiza na mediação das igrejas particulares. A Igreja universal é a expressão da unidade do plano salvador universal de Deus que se concretiza no tempo e espaço das igrejas particulares. A Igreja de Roma é sinal e tem um serviço especial a esta universalidade, mas não é uma igreja universal e sim particular: tem uma língua, um território, um bispo, pastorais próprias, etc.

5.4. Relações no interior do Povo de Deus

Nesse modelo o leigo assume mais plenamente sua autonomia e cidadania na condição de batizado. Não se contrapõe ao clero, porque todos partem da mesma base comum. Reconhecem-se diferentes serviços no interior da Igreja. O Espírito Santo está tanto presente no leigo com sua graça e despertando carismas quanto no clero no cumprimento de seu ministério. Não pode haver contradição no interior do Espírito Santo. Toda tensão vem da imperfeição de nossa compreensão e do pecado de nossa sede de poder. O caminho será o reconhecimento da liberdade do Espírito, o diálogo entre todos, a responsabilidade pela totalidade da Igreja.

5.5. A caminhada da Congregação das Irmãs de Santa Doroteia na Igreja Povo de Deus

Logo após o Concílio Vaticano II, em 1966, as Irmãs Doroteias realizam o XIII Capítulo Geral. Neste, fica claro para a Congregação que era chegado o tempo de uma autoanálise. O Vaticano II enche a Igreja de Esperança e desestrutura e inquieta todos os movimentos e instituições. Neste mesmo Capítulo XIII, fica evidente para as Irmãs a busca de novas formas de apostolado para educação à luz dos novos tempos. Sobre a Pia Obra de Santa Dorotéia, assim se posicionou o Capítulo XIII:

“Em sua forma primitiva, pode-se afirmar que já não existe como obra própria da Congregação. Como forma particular de educação cristã, visando sobretudo as meninas mais necessitadas, realiza-se através da escola, difundida por toda parte, e da catequese paroquial, ambas incluindo, de modo novo, a dimensão social do homem em vista dos seus fins temporal e eterno. (Capítulo Geral XIII)

Neste mesmo capítulo, inicia-se um estudo aprofundado da identidade da Congregação à luz do Carisma e do Concílio a partir das atas compiladas num volume com o subtítulo de: *“A Doroteia à luz do Vaticano II”*. No caso específico da América Latina e do Caribe, a partir das discussões dos Bispos Latino-americanos em Medellín (1968) e Puebla (1978) fica evidente que “um clamor surdo brota de milhões de homens, pedindo a seus pastores uma libertação que não lhes chega de nenhuma parte”.

Contemplando o contexto excludente e miserável do Capitalismo Latino-Americano, fica claro que a Pastoral de Fermento, Testemunho, de Penetração era insuficiente. Fica evidente que não são retoques de embelezamento que se fazem necessários no edifício social, mas transformação profunda...

No Capítulo Geral XIV, realizado em 1973, as Irmãs dão mais um passo no sentido de um retorno às fontes, a fim de um estudo aprofundado do Carisma e da definição do posicionamento Pastoral das Irmãs Doroteias frente à Igreja e ao mundo atual. Neste mesmo Capítulo, as Doroteias se comprometem com *uma atitude dinâmica de abertura, reflexão, busca e experiência, pobreza e revisão*.

Em 1979, em Capítulo Geral XV, A Congregação fez como a Igreja: “olhou para si mesma e reviu sua fidelidade às origens, olhou o mundo e interrogou-se sobre o modo de ir ao encontro do homem de hoje”.

Em 1991, no Capítulo Geral XVII, ao decidirem pelo Lançamento do Documento Educar para nós, as Irmãs vislumbram uma formação diferenciada dos Leigos no carisma de Santa Paula, sobretudo, aqueles vinculados às obras educativas das irmãs.

Seis anos depois, em 1997, no Capítulo Geral XVIII, as Doroteias se reconhecem evangelizadoras nas diversas culturas, com o compromisso de “manter viva, nas condições que a história impõe, a obra iniciada por Deus, na Madre Fundadora”.

No Capítulo Geral XIX, realizado em 2003, as Irmãs se voltam para a necessidade de um “Aprofundamento das Raízes do Carisma”. Há na Congregação um movimento muito fértil de reapropriação do Carisma e enraizados na Espiritualidade de Paula Frassinetti e decididos a viver a profecia da vocação cristã, irmãs e leigos devem assumir o risco da justiça do Reino, a fim de ser com os outros, presença-palavra-ação transformadora e significativa no mundo ferido de hoje. Neste momento de história da Congregação, as Irmãs assumem como prioridades: uma espiritualidade que nos identifique como educadores comprometidos com o serviço do Reino; Comunidade Educativa Profética em missão transformadora no mundo ferido; uma administração com os critérios da Justiça do Reino; uma comunicação que seja vital e a serviço do Reino; uma Missão que deve ser partilhada com os outros; a elaboração de um Documento de Espiritualidade; e a Construção de um Plano de Formação da Congregação. A partir dos fins do século XX e início do século XXI, a Pia Obra (naquele formatado da Igreja Tradicional) já havia se tornado obsoleta e, por isso, hoje, a identificamos como Obra de Santa Doroteia, cujo alicerce passa pelos Valores do Reino de Deus e que deve ser implementada em todas as frentes de evangelização onde se inserem as Irmãs Doroteias.

Este capítulo foi também muito especial, pois pela primeira vez na História da Congregação, é redigida pelas Irmãs Capitulares uma Mensagem aos leigos, como se lê abaixo:

Capítulo Geral XIX das Irmãs Doroteias da Frassinetti – Roma, 3 de outubro a 11 de novembro de 2003.

Mensagem aos Leigos

Durante esse período, vivemos uma forte experiência de comunhão e, por meio da comunicação da vida das Províncias, sentimos a presença de todos os que partilham conosco a nossa Espiritualidade e Missão.

Constatamos, mais uma vez, que somos muitos, dia a pós dia, a partilhar o mesmo ideal e as mesmas inquietações para a transformação do mundo, no empenho de “o reconduzir à verdadeira Vida”.

Reconhecemos, com profunda alegria e gratidão, a presença ativa e o compromisso de todos no caminho percorrido, sobretudo no interesse pelo estudo dos documentos das nossas origens que suscitou, em muitos, o desejo e o entusiasmo pela espiritualidade de Santa Paula.

Nessa nova etapa do caminho, no qual a Congregação propõe-se, como objetivo, a “assumir o risco da Justiça do reino na nossa Missão educativa”, estimulados pelo documento sobre a Espiritualidade, estamos certas de que, em todos os ambientes em que nos encontramos, continuaremos, com a mesma paixão educativa, a viver e a trabalhar juntos, para que, “como Família de Paula”, possamos ser “presença-palavra-ação transformadora e significativa no mundo ferido de hoje”.

No Capítulo Geral XX, realizado em 2009, as Irmãs avançam ao assumir o seguinte compromisso de Futuro:

“Viver a dimensão mística e profética do nosso Ser Doroteias, como mulheres de fé que geram e cuidam da Vida, em contínua disponibilidade ao Pai que forma em nós os sentimentos do Filho pela força do Espírito, partilhando sem fronteiras o Carisma de Paula e assumindo a busca de novas formas de presença, para que o mundo tenha vida em abundância. Estamos conscientes de que o Carisma de Paula não é apenas pertença da Congregação, mas um dom à Igreja para o mundo, para quem nele encontrar uma fonte de inspiração para descobrir e assumir a vocação laical na Igreja. Constatamos, com alegria e gratidão, que Deus continua a chamar muitas e muitos para que, de diversos modos e em variados campos de Missão, expressem este carisma na sua vocação laical, com facetas muito diversificadas. Cabe-nos estar abertas e disponíveis para acolher a todas e a todos como Família de Paula Frassinetti – apoiando, acompanhando e descobrindo juntos passos novos neste caminho.

No compromisso das Irmãs, o Documento Capitular é explícito ao considerar Irmãs e Leigos como pertencentes à mesma família de Paula. Poderíamos dizer que o embrião da Pia Obra se desenvolveu e a acolhida das Irmãs aos leigos vai se fazendo no dia a dia da Missão.

6. A OBRA DAS DOROTÉIAS À LUZ DO CAPÍTULO GERAL XXI



O Capítulo Geral XXI, realizado em 2015 teve como momento histórico memorável a participação de leigos de todos os países e continentes onde as irmãs doroteias se fazem presentes. Uma delegação de doze leigos das Províncias que compõem a Congregação, tiveram a oportunidade de participar das atividades nos dias 17, 18, 19 e 20 de outubro. Esta participação é fruto da caminhada empreendida pelas Irmãs desde o XX Capítulo Geral, quando elas assumiram uma partilha mais efetiva do Carisma com os Leigos.

No dia 17 de outubro, os leigos do Brasil, Peru, Portugal, Espanha, Angola e Moçambique apresentaram para as Irmãs Capitulares a caminhada e o vínculo de cada realidade com o Carisma de Paula e o apostolado das Doroteias. Foi um dia de partilha e experiência da diversidade e flexibilidade proporcionada pelo jeito de Paula de conduzir o Instituto.

No dia 18 de outubro, tivemos a presença das Irmãs Doroteias de Veneza. Foi uma iluminação sobre a Obra de Santa Doroteia apresentada pela Ir. Teresa Simionato das Irmãs Doroteias de Veneza, que veio acompanhada da Superiora Geral Ir. Maria Luisa Bergomi. Os pontos focados foram:

- 1 - A Obra de Santa Doroteia - uma visão geral;
- 2 - A Obra de Santa Doroteia na origem das nossas Congregações - um ponto comum;
- 3 - A Obra de Santa Doroteia na Igreja e no mundo de hoje. O caminho da Obra entre as Irmãs de Veneza;
- 4 - A Obra de Santa Doroteia: afinidade com o pensamento e as indicações do Papa Francisco.

Com esta apresentação, vimos que o novo jeito de fazer a Obra de Santa Doroteia passa pela Educação Evangelizadora, onde Irmãs e Leigos se sentem vinculados e compelidos no desejo de evangelizar e gastar suas vidas na causa do Reino.

No dia 20 de outubro, fomos iluminados pelas reflexões do Professor Andrea Riccardi, fundador da Comunidade de Santo Egídio com o tema: **“Um mundo confuso e a Igreja de Francisco”**. Segundo ele, cada retorno ao Carisma deve ser um retorno ao Evangelho. A amizade desponta como o caminho mais primoroso para a Evangelização. Não basta trabalhar com o pobre, é preciso também ser amigo dele. A religiosa de vida consagrada precisa assumir o seu papel e exercício da Maternidade Espiritual em uma Igreja tão patriarcal e masculina. As pessoas precisam ficar encantadas com a presença de mulheres que são solteiras, religiosas e **felizes**.

Estas reflexões fez-nos lembrar muito a nossa origem no Monte Moro... A Pastoral vocacional deve nascer de uma comunidade amiga que transpore o Evangelho. Por isso, é necessário que em nossas comunidades se configurem redes de amizade concretizadas no contato com todas as pessoas e abrindo também nossos espaços. As vocações fazem parte de um grande tecido de amizade - uma amizade espiritual. Este é o grande desafio: uma religiosa feliz é um fato revolucionário no mundo de hoje.

Ao término do Capítulo, estudando, rezando e refletindo sobre o Documento Capitular, podemos concluir que a origem desta nossa Congregação se faz através da simplicidade de uma história de amizade: um grupo de mulheres jovens, em Quinto, cultiva a amizade com Paula, em encontros mais ou menos

ocasionais, passeios dominicais no Monte Moro, algumas visitas durante a semana em casa, e toma forma um desejo: partilhar a vida entregando-se a Deus e à juventude... É através da Educação que Paula e as suas jovens companheiras são Boa Nova de um Deus que ama ... com paixão e compaixão. Aprendendo da própria experiência de vida, dos encontros e das pessoas que Deus coloca no seu caminho (D. Lucas Passi e Obra de Santa Doroteia), Paula intui com clareza o valor educativo profundo da amizade, de tal maneira que lhe caracteriza o estilo: AMIZADE, o nosso modo de EDUCAR (Evangélizar).

A relação de proximidade, feita no e do cotidiano, de presença discreta... que conhece e percorre *a via do coração e do amor, a suavidade e a firmeza, a vontade de Deus, um pouco de cada vez...* conquista, faz crescer e acompanha pequenos e grandes a redescobrir o amor incondicional e apaixonado de Deus por eles, em todas as situações que vivem.

Em sintonia com o XXI Capítulo Geral e com a Obra de Santa Doroteia, podemos elencar alguns verbos que nos orientam na conquista desta amizade evangelizadora.

Dar vida

- educar é gerar vida, é consciência de uma missão que dá sentido a toda a vida.

Escutar

- educar é parar e dar a possibilidade ao outro de ser escutado e de poder dizer-se em profundidade;
- educar-se a descer, a inclinar-se diante do grito, da voz dos jovens, das famílias, dos pequenos, dos pobres;
- educar-se para procurar juntos caminhos, pistas, respostas...;
- educar é aprender a ler juntos a vida e reconhecer Deus presente e operante.

Escolher estar e caminhar no meio do povo

- educar é estar próximo, colocar-se ao lado e caminhar ao ritmo do outro;
- educar é viver dentro da história crescendo em humanidade, em responsabilidade, em comunhão com Deus, com os outros e com a Criação para gerar relações de proximidade, solidariedade e justiça.

Aprender o estilo de vida pascal do Senhor Jesus Cristo

- educar é aprender que a semente deve sempre morrer para que germine e cresça a vida;
- educar é acreditar e descobrir o mistério da vida que nasce das situações de paixão e de morte porque *“não há amor maior do que aquele que dá a vida pelos amigos”*.

Passar de ... a ...

- educar é saber mudar de posição:
 - de mestres especializados em... a testemunhas credíveis;
 - da massa dos indivíduos à pessoa;
 - da segurança do saber à precaridade do caminho;
 - da distância à proximidade;
 - da ação à compaixão: do grande projeto ao gesto humano, pessoal.

Construir

- educar é construir espaços de relação e de amizade para viver juntos (leigos e irmãs) a missão de educar;
- educar é construir comunidades educativas abertas às periferias existenciais e do pensamento;
- educar é construir percursos formativos para um uso evangélico dos bens; para uma sensibilização ecológica à salvaguarda da Criação; para um modo responsável de habitar os espaços virtuais;
- educar é encaminhar ... e não ter medo de entregar ao caminho, à vida...

7. À GUIA DE CONCLUSÃO

Modelos se escolhem e se constroem. Depois do Concílio Vaticano II já não tem sentido manter o modelo hierárquico, mas sim construir o modelo Povo de Deus. Trabalho lento e difícil que não se faz sem tensões e até conflitos. A confiança está depositada na força do Espírito e no espírito de responsabilidade de fiéis e membros da hierarquia da Igreja. Só uma obra conjunta, na força do Espírito Santo, é capaz de construir o modelo Povo de Deus, cuja base última é laical-batistal e colegial-ministerial.

Paula Frassinetti foi uma mulher e evangelizadora muito à frente do seu tempo. Sua sintonia e disponibilidade para o Cristo fizeram dela sinal para o avançar da Igreja em um comprometimento mais eficaz na pesca de homens sedentos de humanidade. Paula soube plantar o seu Frassinetti na Igreja de seu tempo, mas manteve-se aberta à novidade inerente à Palavra de Salvação. As irmãs Dorotéias, filhas de Paula e herdeiras de seu carisma, já entenderam o espírito de sua mãe e procuram imitar Paula neste exercício constante de apropriação e desapropriação. Ah que bom que Deus nos fez assim: hoje, dizemos não, mas amanhã, dizemos sim. Lindo é ver alguém se levantar, enxugar os olhos, virar a página e recomeçar.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CADOR 30 anos.

Capítulo Geral XXI.

CONGAR, Yves. *L'Église de St. Augustin à l'époque moderne*. Paris: Cerf, 1970.

Epistolário de Paula Frassinetti.

LIBANIO, João Batista. *Cenários da Igreja*. São Paulo, Loyola, 1999.

LIBANIO, João Batista. Elaboração do conceito Igreja particular. In: LIBANIO, J. B.; GOETH, V. et alii, *Igreja Particular*. VI Semana de Reflexão Teológica. São Paulo: Loyola, 1974, p. 17-59.

LIBANIO, João Batista. Lumen Gentium. Mina inesgotável. In: *Vida Pastoral* 45, n. 236 (2004), p. 3-8.

Memórias, Sommariva.

Memórias. Madre Vassalo.

Modelos Eclesiológicos

Disponível em: <http://docslide.com.br/documents/modelos-eclesiologicos-libanio.html>

RIGAL, J. *Découvrir l'Église: initiation à l'ecclesiologie*. Paris: DDB, 2000.